

# Railec Energia e Construção S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2023 e 2022**



## **Conteúdo**

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Railec Energia e Construção S.A.  
Fortaleza/Ce

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Railec Energia e Construção S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Railec Energia e Construção S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar



suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



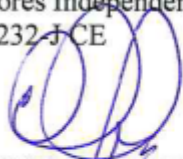
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 31 de maio de 2024

**CONTROLLER AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S - EPP**

Auditores Independentes

CRC 232-J/CE



**FRANCISCO MOISÉS DE ALMEIDA GOMES**

Diretor Técnico

Contador CRC (CE) – 12.837

CPF: 575.694.793-00

CNAI – 2.011



## Railec Energia e Construcao S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2023	2022	Passivos	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	16.445	11.290	Fornecedores	13	4.285	10.551
Contas a receber de clientes	9	51.454	40.021	Empréstimos e financiamentos	14	11.302	10.516
Adiantamentos a fornecedores		124	2.158	Salários, provisões e encargos sociais	15	2.572	6.677
Adiantamentos a funcionários		44	12	Obrigações fiscais e outros impostos	16	2.884	1.854
Pagamentos antecipados		106	489	Parcelamentos tributários	17	1.170	1.170
Imposto de renda e contribuições a recuperar	10a	1.571	2.060	Adiantamentos de clientes	19	26.672	23.035
Demais impostos a recuperar	10b	514	812	Outras provisões		4	5
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>70.258</b>	<b>56.842</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>48.889</b>	<b>53.808</b>
Aplicações Financeiras		22	22	Empréstimos e financiamentos	14	3.629	6.667
Pagamentos antecipados		36	40	Créditos de acionistas	20b	13.151	2.091
Depositos Judiciais		276	276	Parcelamentos tributários	17	2.362	3.531
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>334</b>	<b>338</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>19.142</b>	<b>12.289</b>
Imobilizado	11	8.687	9.554	<b>Patrimônio líquido</b>	21		
Intangível	12	-	7	Capital social		19.931	9.174
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>9.021</b>	<b>9.899</b>	Prejuízos acumulados		(8.683)	(8.530)
<b>Total do ativo</b>		<b>79.279</b>	<b>66.741</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>11.248</b>	<b>644</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>79.279</b>	<b>66.741</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Railec Energia e Construcao S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita dos serviços prestados, líquida	22	142.146	166.580
Custo dos serviços prestados	23	(135.780)	(163.865)
<b>Lucro bruto do exercício</b>		<b>6.366</b>	<b>2.715</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas de vendas	24	(659)	(1.290)
Despesas administrativas	25	(5.983)	(7.825)
Despesas tributárias		(455)	(672)
Outras despesas		(524)	(861)
Outras receitas		2.534	864
<b>Lucro (prejuízo) Operacional</b>		<b>1.279</b>	<b>(7.070)</b>
Receitas financeiras	26	5.365	795
Despesas financeiras	26	(6.797)	(3.646)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(1.432)</b>	<b>(2.851)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(153)</b>	<b>(9.921)</b>
Imposto de renda e contribuição social	19	-	-
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(153)</b>	<b>(9.921)</b>
<b>Lucro (prejuízo) por ação - R\$</b>		<b>(0,0153)</b>	<b>(0,9921)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **Railec Energia e Construcao S.A.**

### **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

*(Em milhares de Reais)*

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	(153)	(9.921)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>(153)</u></u>	<u><u>(9.921)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Railec Energia e Construcao S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.954</b>	<b>1.391</b>	<b>2.220</b>	-	<b>10.565</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(9.921)	(9.921)
Integralização de capital com reserva de lucros	2.220	-	(2.220)	-	-
Compensação da reserva legal com prejuízos	-	(1.391)	-	1.391	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9.174</b>	-	-	<b>(8.530)</b>	<b>644</b>
Aumento de capital social	10.757	-	-	-	10.757
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(153)	(153)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>19.931</b>	-	-	<b>(8.683)</b>	<b>11.248</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Railec Energia e Construcao S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo líquido do exercício	(153)	(9.921)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	1.631	741
Baixa imobilizado	1.178	29
Receita de juros, líquida	1.432	2.851
Juros pagos	(5.196)	(2.511)
	<u>(1.108)</u>	<u>(8.811)</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber de clientes	(11.433)	(36.657)
Adiantamentos a fornecedores	2.002	1.469
Pagamentos antecipados	387	128
Impostos a recuperar	787	(1.352)
Outras contas a receber	4.156	(236)
	<u>(4.101)</u>	<u>(36.648)</u>
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(6.266)	8.918
Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	(3.075)	6.815
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	(1.321)
Adiantamento de clientes	3.637	10.867
Parcelamentos tributários	(1.169)	(1.329)
Outras contas a pagar	430	-
	<u>(6.443)</u>	<u>23.950</u>
<b>Caixa consumido pelas atividades operacionais</b>	<u>(11.652)</u>	<u>(21.509)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Recursos provenientes da alienação de imobilizado	967	-
Aquisições de imobilizado	(262)	(9.233)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>	<u>705</u>	<u>(9.233)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos de empréstimos com partes relacionadas	11.179	2.118
Aumento de capital social	10.757	-
Recebimentos de empréstimos ou financiamentos	10.166	18.000
Amortizações de empréstimos com partes relacionadas	(568)	-
Amortizações de empréstimos e financiamentos tomados	(15.432)	(1.475)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<u>16.102</u>	<u>18.643</u>
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>5.155</u>	<u>(12.099)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	11.290	23.389
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>16.445</u>	<u>11.290</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>5.155</u>	<u>(12.099)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Railec Energia e Construção S.A. (Antes Alubar Energia S.A.) “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada na Avenida Santos Dumont, 2088, Aldeota, no município de Fortaleza, estado do Ceará, Brasil, CEP: 60150-161. Foi constituída em setembro de 2005, tendo por objetivo a exploração, a construção, a implantação, a operação, a manutenção preventiva e corretiva e a montagem dos sistemas de linhas de transmissão e/ou de transporte e distribuição de rede de energia elétrica, distribuição e geração de energia convencional, eólica, solar, biodiesel e demais, além de investimentos em outras empresas.

Em junho de 2022, por razões estratégicas, a Companhia transferiu sua sede da cidade de Barcarena, estado do Pará, para a cidade de Fortaleza, no estado do Ceará.

#### **1.1 Mudança de pessoal-chave da administração**

No dia 01 de março de 2023, o Sr. Afonso Carlos Brum Aguilar apresentou sua renúncia ao cargo de Diretor Executivo da Companhia. Em virtude da renúncia, o Conselho de Administração, elegeu o Sr. Marcelo Zaghi de Sousa, então gerente comercial da Companhia, para ocupar o cargo.

A nova Diretoria Executiva trabalha em conjunto com os demais gestores para garantir a continuidade das operações e implementação de estratégias visando a criação de valor para os acionistas.

#### **1.2 Procedimentos Arbitrais**

A Companhia entrou com um processo de arbitragem no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá devido a um litígio com a empresa STI Norland. O pleito refere-se aos trabalhos, retrabalhos e insumos adicionais empregados pela Companhia no projeto da usina de energia solar de Malta e Angico, que não estavam previstos na proposta do contrato de subempreitada para fundações. O contrato foi firmado em janeiro de 2018 e concluído no mesmo ano.

No processo de arbitragem, a Companhia recebeu em dezembro de 2023 o montante de R\$ 4.156, considerando os serviços e materiais excedentes ao escopo do contrato, cuja culpa e responsabilidade foi atribuída à contratante.

#### **1.3 Impactos nos custos operacionais e financeiros**

Nos últimos anos, a Companhia vem enfrentando significativos desafios operacionais decorrentes de uma série de eventos globais que impactaram negativamente os custos operacionais e financeiros. Entre esses eventos, destacam-se a pandemia da COVID-19, que provocou interrupções nas cadeias de suprimentos e aumentos nos custos de produção devido a medidas

sanitárias, e os conflitos internacionais, que resultaram em volatilidade nos preços das commodities e instabilidade nas taxas de câmbio. Além disso, fatores econômicos, como aumentos inflacionários, contribuíram para a elevação dos preços dos insumos e produtos. O aumento das taxas de juros e a maior restrição ao crédito também elevaram significativamente os custos financeiros da Companhia.

Esses aumentos refletiram diretamente na redução da margem de lucro da Companhia. Para mitigar os impactos futuros, a Companhia vem monitorando esses fatores de perto e ajustando suas estratégias operacionais e financeiras, incluindo a revisão de contratos de fornecimento, busca de fornecedores alternativos, negociação de maiores margens para novos projetos e a otimização de sua estrutura de capital.

#### 1.4 Concentração de clientes

A Companhia concentrou suas receitas e contas a receber nos projetos abaixo relacionados nos últimos 2(dois) exercícios:

	Contas a receber (Nota 9)	Receita (Nota 23)	Análise vertical %	Contas a receber (Nota 9)	Receita (Nota 23)	Análise vertical %
UTE GNA II Geração de Energia	42.070	90.760	61%	3.948	6.554	4%
Enel Brasil - LT Pedra Pintada	-	30.245	20%	-	89	0%
Serra do Mato Energia Solar	2.903	12.847	9%	27.274	53.989	31%
Enel Green Power – LT Complexo Eólico Aroeira	3.631	6.740	5%	4.776	16.897	10%
Eólica Caetité – LT Caetité Fase II_Igaporã III	1.801	3.438	2%	1.063	14.593	8%
Parque Eólico Serra do Seridó – LT Serra do Seridó	1.049	2.375	2%	2.940	21.803	13%
Simm Soluções Integrais – LT Santo Agostinho	-	1.900	1%	9	19.279	11%
Enel Green Power – LT Lagos dos Ventos III	-	-	0%	11	39.530	23%
U.F.V Ribeirão – Aruanã Energia	-	-	0%	-	146	0%
<b>Total</b>	<b>51.454</b>	<b>148.305</b>	<b>100%</b>	<b>40.021</b>	<b>172.588</b>	<b>100%</b>

A Companhia possui contratos vigentes com obras em andamento nos seguintes projetos:

- Implantação da Linha de Transmissão 500KV Aroeira – Ourolândia, localizada no município de Ourolândia-BA, cliente Enel Green Power.
- Implantação da Linha de Transmissão 230KV Caetité Fase II-Igaporã III, localizada no município de Caetité-BA, cliente Eólica Caetité D.
- Implantação da Linha de Transmissão 500KV Serra do Seridó – Santa Luzia II, localizada entre os municípios de Junco do Seridó-PB e Santa Luzia-PB, cliente Parque Eólico Serra do Seridó VI.



- Implantação da Usina Fotovoltaica Serra do Mato, localizada no município de Trairi-CE, clientes Serra do Mato III Energia Solar SPE S/A e Serra do Matos IV SPE S/A.
- Implantação da Linha de Transmissão em 500KV que interligará a SE UTE GNA II à Subestação Campos II, localizada entre os municípios de São João da Barra - RJ e Campos dos Goytacazes - RJ, cliente UTE GNA II Geração de Energia S/A.
- Implantação da Linha de Transmissão em 500KV Parque Eólico Pedra Pintada, localizada no município de Ourolândia-BA, cliente Enel Brasil.

## **2 Base de apresentação**

### **2.1 Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC e IFRS)**

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis vigentes no Brasil, abrangendo as práticas estabelecidas na legislação societária brasileira, além dos pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Estas demonstrações também seguem as normas internacionais de relatórios financeiros - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e corresponde àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 18 de maio de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota explicativa nº 6.

Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 7.

## **3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado.

## **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **5 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa 22** – Receita líquida na prestação de serviços: determinar se a Companhia atua como agente na transação ou como principal.

### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa 9** – Contas a receber: critérios e montantes da provisão para redução ao valor recuperável;

**Nota explicativa 11 e 12** – Imobilizado e Intangível: estimativa de vida útil dos ativos;

**Nota explicativa 27** - Instrumentos financeiros: determinar o valor justo dos ativos financeiros e outros passivos financeiros.

#### **(i) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27.

## **6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez. Esses investimentos possuem vencimentos originais de 3 (três) meses ou menos e apresentam risco insignificante de variação de valor (Nota explicativa 8).

### **b. Instrumentos financeiros**

#### **(i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a compensar e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente financeiro significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

#### ***Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR) com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

#### ***Avaliação do modelo de negócio***

A Companhia faz uma avaliação do objeto do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em nível de portfólio, porque isso reflete a melhor forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxo de caixas através da venda dos ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos afetam o modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e expectativas sobre a atividade de vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia.
- Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

### ***Avaliação dos fluxos de caixa contratuais para apenas pagamentos de capital e juros***

Para fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

### ***Mensuração subsequente de ganhos e perdas***

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando método de taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### ***(ii) Passivos financeiros***

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

### ***(iii) Desreconhecimento***

#### ***Ativos financeiros***

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

#### ***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas, canceladas ou se expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação de saldos (“offsetting”)**

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)**

A Companhia não faz uso de contabilidade de hedge nos exercícios de 2023 e 2022.

**c. Contas a receber**

As contas a receber são valores a receber dos clientes pelos serviços prestados pela Companhia no curso normal de suas atividades (Nota Explicativa nº 9).

Os registros do contas a receber são feitos com base nos valores faturados, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. Se necessário, é feita uma provisão esperada de perdas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

**d. Pagamentos antecipados**

Os pagamentos antecipados são compostos por prêmios de seguros a apropriar avaliados ao custo, as apropriações são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

**e. Imobilizado**

***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.
- O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.
- Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis estas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

- Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

### ***Gastos subsequentes***

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### ***Depreciação***

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício financeiro, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **f. Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Software	05 anos
----------	---------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício financeiro, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.



**g. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações são classificadas como passivos circulantes quando o pagamento é devido dentro de 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivos não circulantes.

**h. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

**i. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia é tributada pelo lucro real por estimativa mensal, com balancetes de suspensão.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**j. Dividendos**

A proposta de distribuição de dividendos próprios efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar” por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda (ações) são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido

o direito da Companhia de receber dividendos sendo registrados em “dividendos a receber”.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

**k. Moeda estrangeira**

***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

**l. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**m. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como o resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data de fechamento do balanço patrimonial.

**n. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes**

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente e sua realização em caixa. A Companhia adota o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

**o. Receita operacional**

***Percentage of completion (POC)***

A receita de serviços prestados compreende o valor inicial acordado em contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, na condição em que seja provável que elas



resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

### ***CPC 47– Receita de contrato com Clientes***

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 consolida várias normas que tratam da receita, de modo que sua forma de reconhecimento, antes previsto em diversos pronunciamentos (CPC 17, CPC 30, ICPC 02, ICPC 11), seja abordada em norma única.

De acordo com o CPC 47 a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento de transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo.

Para que se possa reconhecer uma receita decorrente de um contrato com clientes, o pronunciamento estabelece um conjunto de cinco critérios objetivos a serem cumpridos conjunta e simultaneamente, são eles: (i) identificar o contrato com o cliente; (ii) identificar obrigações estabelecida no contrato; (iii) determinar o preço de transição; (iv) alocar o preço de transição; (v) reconhecer a receita no cumprimento da obrigação.

A Companhia utiliza o método *percentage of completion* (POC) para reconhecimento de receita em contratos de longo e curto prazo.

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia contabiliza os efeitos dos contratos somente quando: (i) as partes aprovam o contrato; (ii) puder identificar os direitos de cada parte e os termos de pagamentos estabelecidos; (iii) o contrato possuir substância comercial; e (iv) for provável o recebimento da contraprestação que a Companhia tem direito.

### **p. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou de perda líquida.

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas e as despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica “Receitas e despesas financeiras”.

**q. Avaliação do valor recuperável de ativo**

**(i) Ativos financeiros**

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstância indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

*Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram perda de valor:*

- Inadimplência ou atraso do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Indicativos de que o devedor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamento dos devedores.

***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas de recuperação, os valores são baixados. Quando é indicado uma redução da perda, a provisão é revestida através do resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados a cada final de exercício para apurar se há indicações de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo será estimado.

Não foram identificados pela Companhia indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos.

**r. Transações com partes relacionadas**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1) as transações com partes relacionadas são conceituadas como a “transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação a uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida”.

São consideradas partes relacionadas as pessoas (físicas) ou entidades (pessoas jurídicas) que estão relacionadas com a Companhia.

**(i) Considera-se pessoa relacionada a Companhia, quando:**

- tiver o controle pleno ou compartilhado da Companhia;
- tiver influência significativa sobre a Companhia;



- for membro do pessoal com influência relevante da administração da Companhia ou de sua controladora, entendendo-se como pessoal com influência relevante da administração aqueles que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente (Pessoa com Influência Relevante).
- (ii) Considera-se uma entidade relacionada a Companhia, quando:
- controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas), tiver influência significativa sobre a Companhia ou tiver controle conjunto sobre a Companhia;
  - for coligada da Companhia ou de uma terceira entidade que estiver sob o controle conjunto com a Companhia;
  - for entidade controlada (individualmente ou sob controle conjunto);
  - pertencer ao mesmo grupo econômico.
- (iii) Todas as transações entre partes relacionadas da Companhia com pessoas ou entidades, deverá ser formalizada em contrato, devendo constar os seguintes termos:
- estar em condições de mercado;
  - descrição das transações;
  - impactos com juros, multas e impostos sobre as transações;
  - devem ser aprovadas por todas as partes.

#### **s. Capital social**

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias subscritas e a integralizar. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

#### **t. Arrendamentos**

No início do contrato, a Companhia avalia se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os contratos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas, equipamentos e imóveis comerciais ou não (ou seja,

arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo, de prazo indeterminado e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia analisou todos os contratos firmados em 2023 e revisou os contratos vigentes celebrados em anos anteriores, e não identificou contratos de arrendamentos acima de 12 meses com valor considerável.

## 7 Novas normas e interpretações

As novas normas e interpretações emitidas, mas ainda não em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir.

- Alterações ao IFRS 16 – Passivo de locação em uma transação de Sale and Leaseback: define os requisitos que um vendedor-arrendatário deve seguir na mensuração do passivo de locação resultante de uma transação de venda e arrendamento subsequente, garantindo que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer ganho ou perda relacionado ao direito de uso que ele continua a manter;
- Contrato de seguros: abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação (IFRS 17/CPC 50). Essa norma não se aplica à Companhia;
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao IAS 1/CPC 26);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao IAS 1/CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao IAS 8/CPC 23).

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fundos de investimentos-FI	9.826	5.743
Certificados de depósitos bancários-CDB	5.961	5.443
Bancos	<u>658</u>	<u>104</u>
<b>Total</b>	<b><u>16.445</u></b>	<b><u>11.290</u></b>

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os investimentos em aplicações financeiras de curto prazo são efetuados por período que variam de um dia a três meses e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), estão indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Esses depósitos são remunerados à taxa média de 100% do CDI

para os anos de 2023 e 2022.

Os Fundos de Investimentos (FI), estão indexados pela variação do CDI, remunerados a taxa média de 78 a 96% em 2023 e 2022.

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e em Fundos de Investimentos podem ser resgatadas imediatamente em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que a intenção da administração é fazer uso desses recursos em um curto prazo.

As análises de risco de crédito e risco de mercado estão apresentadas na Nota explicativa nº 27.

## 9 Contas a receber de clientes

### a. Composição dos saldos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a receber - POC	51.454	32.517
Duplicatas a receber - Notas faturadas	-	7.504
<b>Total</b>	<b><u>51.454</u></b>	<b><u>40.021</u></b>

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, se aplicável.

Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de insolvência e outros fatores indicativos de deterioração do crédito são considerados em análises individuais e em análises de grupos de ativos de risco semelhantes.

As contas a receber - POC, refere-se aos saldo a receber (ainda não faturados) calculado pelo método POC das seguintes obras: UTE GNA II, com R\$ 42.070 em 2023 e R\$ 737 em 2022; UFV Serra do Mato, com R\$ 2.903 em 2023 e R\$ 23.001 em 2022; LT Complexo Eólico Aroeira, com R\$ 3.631 em 2023 e R\$ 4.776 em 2022; LT Caetité Fase II, com R\$ 1.801 em 2023 e R\$ 1.063 em 2022; e LT Serra do Seridó, com R\$ 1.049 em 2023 e R\$ 2.940 em 2022, representando 100% do total do contas a receber.

As receitas são efetivamente faturadas de acordo com o boletim de medição e após aprovação do cliente.

A Companhia não possui histórico ou perspectiva de perdas relacionadas às suas contas a receber. Por esse motivo, não foi constituída provisão para perdas esperadas do contas a receber.

## 10 Impostos a recuperar

O saldo da conta de impostos a recuperar nos anos de 2023 e 2022 está assim representado:



**a. Imposto de renda e contribuições sociais**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
IRPJ base negativa (a)	1.236	1.194
CSLL (a)	331	365
PIS/COFINS (b)	4	501
<b>Total</b>	<b>1.571</b>	<b>2.060</b>

- (a) Durante os exercícios de 2021 e 2022 e 2023, a Companhia gerou base negativa para IRPJ e CSLL ao apurar o lucro real por estimativa mensal. Esse resultado se deve à variação de lucros e prejuízos mensais ocorridos durante o período e ao fato de que, na apuração final do lucro fiscal, a Companhia efetuou um recolhimento superior ao montante devido. Esses valores serão compensados com obrigações tributárias da mesma espécie ou, se aplicável, restituídos ao caixa.
- (b) PIS e COFINS, retidos sobre os serviços prestados, ou pagos antecipadamente na operação de importação de bens do ativo imobilizado. Esses valores serão compensados com obrigações tributárias da mesma espécie ou, se aplicável, restituídos ao caixa.

**b. Demais impostos**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
ISS a recuperar	340	779
INSS a recuperar	174	33
<b>Total</b>	<b>514</b>	<b>812</b>

Os valores decorrem de impostos retidos por serviços prestados. Serão compensados com as obrigações tributárias da mesma espécie ou restituídos ao caixa da Companhia.

## 11 Imobilizado

Os saldos e movimentações em 2023 e 2022 estão demonstrados abaixo:

	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Computadores e periféricos</b>	<b>Total</b>
<b>Descrição</b>				
<b><u>Custos:</u></b>				
<b>Saldo em 2021</b>	<b>71</b>	<b>1.535</b>	<b>359</b>	<b>1.965</b>
Adições	-	8.798	435	9.233
Baixas	-	(29)	-	(29)
<b>Saldo em 2022</b>	<b>71</b>	<b>10.304</b>	<b>794</b>	<b>11.169</b>
Adições	-	721	36	757
Baixas	-	(1.045)	(56)	(1.101)
<b>Saldo em 2023</b>	<b>71</b>	<b>9.980</b>	<b>774</b>	<b>10.825</b>
<b><u>Depreciação acumulada:</u></b>				
<b>Percentual de depreciação / ano</b>	<b>10%</b>	<b>10%</b>	<b>20%</b>	
<b>Saldo em 2021</b>	<b>(57)</b>	<b>(661)</b>	<b>(188)</b>	<b>(906)</b>

Despesa de depreciação	(4)	(608)	(97)	(709)
Baixas	-	-	-	-
<b>Saldo em 2022</b>	<b>(61)</b>	<b>(1.269)</b>	<b>(285)</b>	<b>(1.615)</b>
Despesa de depreciação	(3)	(1.468)	(153)	(1.624)
Baixas	-	1.045	56	1.101
<b>Saldo em 2023</b>	<b>(64)</b>	<b>(1.692)</b>	<b>(382)</b>	<b>(2.138)</b>
<b>Imobilizado líquido em 2022</b>	<b>10</b>	<b>9.035</b>	<b>509</b>	<b>9.554</b>
<b>Imobilizado líquido em 2023</b>	<b>7</b>	<b>8.288</b>	<b>392</b>	<b>8.687</b>

A Companhia não identificou indicativos para reconhecimento de perda por impairment dos ativos imobilizados.

## 12 Intangível

Os saldos e movimentações em 2023 e 2022 estão demonstrados abaixo:

Descrição	Software e Licenças	Total
<b><u>Custos:</u></b>		
<b>Saldo em 2021</b>	<b>211</b>	<b>211</b>
Adições	-	-
Baixas	-	-
<b>Saldo em 2022</b>	<b>211</b>	<b>211</b>
Adições	-	-
Baixas	(76)	(76)
<b>Saldo em 2023</b>	<b>135</b>	<b>135</b>
<b><u>Amortização acumulada:</u></b>		
<b>Percentual de amortização / ano</b>	<b>20%</b>	
<b>Saldo em 2021</b>	<b>(172)</b>	<b>(172)</b>
Despesa de amortização	(32)	(32)
Baixas	-	-
<b>Saldo em 2022</b>	<b>(204)</b>	<b>(204)</b>
Despesa de amortização	(7)	(7)
Baixas	76	76
<b>Saldo em 2023</b>	<b>(135)</b>	<b>(135)</b>
<b>Intangível líquido em 2022</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
<b>Intangível líquido em 2023</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A Companhia não identificou indicativos para reconhecimento de perda por *impairment* dos ativos intangíveis.



## 13 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores (a)	4.285	10.551
<b>Total</b>	<b>4.285</b>	<b>10.551</b>

- (a) O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo, prestadores de serviços e locações para utilização nas execuções de obras. Em comparação com o ano de 2022, houve uma redução de R\$ 6.266 no saldo contábil de fornecedores a pagar. Esse decréscimo deve-se principalmente à diminuição do fluxo de contratações de fornecedores em razão do encerramento de obras, bem como à liquidação em curto prazo. O prazo médio para liquidação dos fornecedores é de 30 dias.

## 14 Empréstimos e financiamentos

		2023	2022
<b>Instituições financeiras</b>	<b>Encargos financeiros</b>		
Banco Industrial do Brasil (c)	Selic + TX efetiva 0,59% a.m.	1.337	5.349
Banco do Brasil (b)	CDI + TX efetiva 4% a.a.	2.678	4.693
Banco Industrial do Brasil (d)	Selic + TX efetiva 0,634% a.m.	2.480	4.069
Banco PINE (e)	CDI + TX efetiva 0,70% a.m.	-	3.010
Banco do Nordeste (a)	TX efetiva 0,17% a.m.	-	62
Banco Guanabara (f)	CDI + TX efetiva 6,4216% a.a.	8.048	-
Banco do Brasil	Outros	388	-
<b>Total</b>		<b>14.931</b>	<b>17.183</b>
<b>Circulante</b>		<b>11.302</b>	<b>10.516</b>
<b>Não circulante</b>		<b>3.629</b>	<b>6.667</b>

- (a) No ano de 2018 a Companhia contratou empréstimo junto ao banco do Nordeste no valor de R\$ 520 para investir em maquinários. O pagamento do empréstimo foi dividido em 54 parcelas já liquidadas integralmente.
- (b) No ano de 2022 a Companhia obteve empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 5.000 junto ao Banco do Brasil. O contrato foi firmado em 36 parcelas, incluindo um período de carência de 6 meses. A liquidação do saldo principal e encargos ocorrerá em 16 parcelas durante os próximos exercícios.
- (c) No ano de 2022 a Companhia obteve empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 6.000 junto ao Banco Industrial do Brasil. O contrato foi firmado em 24 parcelas, incluindo um período de carência de 6 meses. A liquidação do saldo principal e dos encargos ocorrerá em 4 parcelas em 2024.
- (d) Em 2022, a Companhia obteve outro empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 4.000 junto ao Banco Industrial do Brasil. O contrato foi firmado em 24 parcelas, incluindo um período de carência de 6 meses. A liquidação do saldo principal e dos encargos será realizada em 11 parcelas em 2024.
- (e) No ano de 2022 a Companhia obteve empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 3.000 junto ao Banco PINE. O contrato foi firmado em 12 parcelas, incluindo um período de carência de 3 meses. A liquidação do saldo principal e dos encargos ocorreu em 2023.
- (f) No ano de 2023 a Companhia obteve empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 10.156 junto ao Banco Guanabara. O contrato foi firmado em 24 parcelas. A liquidação do saldo principal e dos encargos ocorrerá em 19 parcelas durante os próximos exercícios.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados com instituições financeiras não possuem cláusulas de restrições.

**(i) Cronograma de desembolsos dos empréstimos bancários**

Ano	Valor
2024	11.302
2025	3.629
<b>Total</b>	<b>14.931</b>

**(ii) Fiança**

A Companhia possui contrato de fiança junto ao banco Daycoval no valor de R\$ 13.774 com o objeto de cobertura do contrato de Engenharia, Fornecimento e Construção Civil de Linhas de Transmissão e Subestações.

**15 Salários, provisões e encargos sociais**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão de férias e encargos	1.483	3.268
Salários a pagar	549	2.111
Encargos s/folha	540	1.225
Rescisões a pagar	-	73
<b>Total</b>	<u><b>2.572</b></u>	<u><b>6.677</b></u>

**16 Obrigações fiscais e outros impostos**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
ISS a recolher	2.254	1.272
Outros impostos e contribuições	336	545
INSS terceiros	21	34
COFINS a recolher	229	3
PIS a recolher	44	-
<b>Total</b>	<u><b>2.884</b></u>	<u><b>1.854</b></u>

**17 Parcelamentos tributários**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Parcelamento simplificado (c)	2.340	3.307
PERT (a)	1.192	1.394
<b>Total</b>	<u><b>3.532</b></u>	<u><b>4.701</b></u>
<b>Circulante</b>	<b>1.170</b>	<b>1.170</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.362</b>	<b>3.531</b>



- (a) Em 2017 a Companhia optou pela adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), com base na MP 783 e IN 1752, fazendo uso da opção de 5% de entrada e o saldo será liquidado em 145 vezes, já liquidadas 72 parcelas, restando 73 parcelas a liquidar em exercícios seguintes.
- (b) No ano de 2021 a Companhia aderiu ao Parcelamento simplificado para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) referente a apuração de abril de 2021, com prazo de liquidação entre 60 parcelas, já liquidadas 31 parcelas, restando 29 parcelas a liquidar em exercícios seguintes.

**Cronograma de quitação dos parcelamentos tributários (não-circulante):**

Ano	Valor
2025	1.170
2026	604
2027	202
2028	202
2029	184
<b>Total</b>	<b>2.362</b>

## 18 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é optante pelo Lucro Real por estimativa mensal com percentual de imposto 15% IRPJ e 10% adicional para o IRPJ e 9% CSLL.

### Reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2023		
	IRPJ	CSLL	Total
Lucro Líquido Antes do IRPJ/CSLL	(153)	(153)	
Alíquotas nominais	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(38)	(14)	(52)
Adições permanentes	44	44	
Exclusões permanentes	-	-	
<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>(109)</b>	<b>(109)</b>	
	2022		
	IRPJ	CSLL	Total
Lucro Líquido Antes do IRPJ/CSLL	(9.921)	(9.921)	-
Alíquotas nominais	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(2.480)	(893)	(3.373)
Adições temporárias	175	175	
Exclusões temporárias	(47)	(47)	
Exclusões permanentes	(953)	(953)	
<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>(10.746)</b>	<b>(10.746)</b>	



De acordo com o quadro apresentado acima e com a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Companhia registrou um prejuízo no ano de 2023 e 2022, o que resultou em um prejuízo fiscal para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e uma base negativa para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O prejuízo fiscal e a base negativa poderão ser utilizados para compensar os lucros obtidos em exercícios futuros, desde que a compensação não exceda 30% da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, limitados ao valor do prejuízo fiscal e da base negativa do referido ano.

## 19 Adiantamentos de clientes

	2023	2022
Adiantamento de clientes POC (Faturamento) (b)	20.426	15.028
Adiantamento de clientes (a)	6.246	8.007
<b>Total</b>	<b>26.672</b>	<b>23.035</b>

- (a) A rubrica “adiantamentos de clientes”, refere-se aos montantes recebidos em caixa e equivalentes de caixa, para mobilização e inícios dos trabalhos para execução das obras e projetos, e serão compensados a medida em que os faturamentos forem ocorrendo.
- (b) A rubrica “adiantamentos de clientes POC (Faturamento)”, se refere aos valores já faturados aos clientes, mas cuja performance do orçamento contratual ainda não foi realizada. Esses valores são compensados à medida em que os custos vão sendo incorridos e o reconhecimento de receita através do método POC é realizado.

## 20 Transações com partes relacionadas

### a. Operações com o pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da administração inclui os diretores. A remuneração dos honorários da diretoria por serviços prestados, está apresentada a seguir:

	2023	2022
Railec Energia e Construção S.A.	655	698

### b. Mútuos com acionistas

O saldo do contrato de mútuo celebrado entre a Companhia e a acionista majoritária Aluminum Investment, está demonstrado abaixo.

	Saldo em 2022	Novos Contratos	Juros	Variação cambial líquida	Saldo em 2023
<b>Mútuos Aluminum</b>	2.091	11.179	421	(540)	13.151

	Saldo em 2021	Novos Contratos	Juros	Variação cambial líquida	Saldo em 2022
--	------------------	--------------------	-------	--------------------------------	------------------

Mútuos Alumium	-	2.118	4	(31)	2.091
----------------	---	-------	---	------	-------

Os contratos são realizados em moeda estrangeira e convertidos para moeda nacional a cada período. Os valores são ajustados com taxa de juros fixa que varia entre 1 e 6% a.a.

## 21 Patrimônio líquido

### Capital social

Dividido em ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

Participação (2023)				
Sócios	%	Ações	Valor	Capital integralizado
Aluminum Investment S.A.	99,50	19.928.116	19.928	19.928
José Maria Barale	0,1698	34.000	34	0,8
Miguel Francisco Arnaudo	0,1648	33.000	33	0,8
Mariano Gaston Peterlin	0,0824	16.500	16,5	0,4
Maria Fernanda Peterlin	0,0824	16.500	16,5	0,4
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>20.028.116</b>	<b>20.028</b>	<b>19.931</b>
Participação (2022)				
Sócios	%	Ações	Valor	Capital integralizado
Aluminum Investment S.A.	99,00	9.900.000	9.900	9.172
José Maria Barale	0,34	34.000	34	0,8
Miguel Francisco Arnaudo	0,33	33.000	33	0,8
Mariano Gaston Peterlin	0,165	16.500	16,5	0,4
Maria Fernanda Peterlin	0,165	16.500	16,5	0,4
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>10.000.000</b>	<b>10.000</b>	<b>9.174</b>

Durante o exercício corrente a acionista Aluminum Investment S.A. integralizou suas ações subscritas anteriormente na Companhia, as quais estavam pendentes de integralização, correspondente a 728.387 (setecentas e vinte e oito mil, trezentas e oitenta e sete) ações ordinárias, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 728.387 (setecentos e vinte e oito mil, trezentos e oitenta e sete reais). A integralização foi efetuada mediante aporte em moeda corrente nacional, recursos oriundos de lucros distribuídos pela sociedade Alubar Metais e Cabos S/A (empresa ligada ao mesmo grupo econômico) em favor da sua acionista Aluminum Investment S.A, sendo certo que os recursos foram transferidos pela Alubar Metais e Cabos S.A diretamente para a Companhia, por conta e ordem da Aluminum Investment S.A.

No mesmo exercício, houve um aumento de capital social da Companhia em R\$ 10.028.116,00 (dez milhões, vinte e oito mil, cento e quinze reais), o qual passou de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para R\$ 20.028.116,00 (vinte milhões, vinte e oito mil, cento e quinze reais),



com a emissão de 10.028.116 (dez milhões, vinte e oito mil, cento e quinze) ações ordinárias, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. As ações são totalmente subscritas pela acionista Aluminum Investment S.A., e foram inteiramente integralizadas, neste ato, mediante aporte em moeda corrente nacional com recursos oriundos de lucros distribuídos pela sociedade Alubar Metais e Cabos S/A (empresa ligada ao mesmo grupo econômico), em favor da sua acionista Aluminum Investment S.A., sendo certo que os recursos foram transferidos pela Alubar Metais e Cabos S/A diretamente para a Companhia, por conta e ordem da Aluminum Investment S.A.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto Social da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

### **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o art. 189 da Lei nº 6.404/76, em 2022 o saldo da reserva legal foi compensado pelo prejuízo registrado no exercício.

### **Reserva de lucros**

Os lucros retidos serão objeto de definição em reunião de Assembleia Geral Ordinária do Conselho de Administração, cuja provável destinação será a distribuição, dentro do permitido em Lei, e a incorporação ao capital ou investimento.

Em 2022, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral a reversão do resultado de 2021, no montante de R\$ 2.220, para ser integralizado no Capital Social.

### **Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(153)	(9.921)
Constituição da reserva legal	-	-
Base para distribuição de dividendos	<u>-</u>	<u>-</u>
Dividendos a distribuir 25%	<u>-</u>	<u>-</u>

Devido ao prejuízo incorrido em 2023 e 2022, os dividendos mínimo obrigatórios de 25% não foram reconhecidos.

## **22 Receita líquida de prestação de serviços**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, é proveniente de

contratos de execução de projetos, mediante contratação de produtos e serviços, apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta de prestação de serviços	148.305	172.588
<b>Deduções</b>		
ISS sobre faturamento	(6.159)	(6.008)
<b>Total de deduções</b>	<u>(6.159)</u>	<u>(6.008)</u>
<b>Total de receita contábil</b>	<u><u>142.146</u></u>	<u><u>166.580</u></u>

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, e é reconhecida ao longo do tempo com base no método percentual de conclusão do projeto. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os adiantamentos recebidos são reconhecidos no passivo e compensados na medida em que a receita é faturada.

## 23 Custo de serviços prestados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços de terceiros	(64.566)	(89.422)
Pessoal	(49.247)	(48.187)
Materiais	(11.807)	(14.253)
Outros custos	(10.160)	(12.003)
<b>Total</b>	<u><u>135.780</u></u>	<u><u>163.865</u></u>

## 24 Despesas de vendas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pessoal	(596)	(1.153)
Depreciação e amortização	(58)	(115)
Outras	(4)	(10)
Serviços de terceiros	(1)	(7)
Viagens e hospedagens	-	(5)
<b>Total</b>	<u><u>(659)</u></u>	<u><u>(1.290)</u></u>



## 25 Despesas administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços de terceiros	(1.973)	(3.682)
Pessoal	(2.975)	(2.938)
Outras	(336)	(437)
Aluguel e condomínio	(204)	(227)
Materiais	(15)	(213)
Viagens e hospedagens	(137)	(192)
Depreciação e amortização	(334)	(122)
Mobilidade	(9)	(14)
<b>Total</b>	<b><u>(5.983)</u></b>	<b><u>(7.825)</u></b>

## 26 Receitas financeiras líquidas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas de aplicações financeiras	916	710
Juros ativos	2.846	38
Variação cambial	1.598	31
Descontos auferidos	<u>5</u>	<u>16</u>
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>5.365</b>	<b>795</b>
Juros sobre empréstimos	(4.126)	(2.072)
Despesas bancárias	(543)	(1.069)
Juros passivos	(1.070)	(440)
Perdas com instrumentos financeiros	-	(48)
Variação cambial	(1.057)	
Desconto concedido	<u>(1)</u>	<u>(17)</u>
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(6.797)</b>	<b>(3.646)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	<b><u>(1.432)</u></b>	<b><u>(2.851)</u></b>

## 27 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.



## Composição dos saldos

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados a seguir:

Descrição	Classificação	Hierarquia de valor justo	2023		2022	
			Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e bancos	Custo amortizado		658	658	104	104
Aplicações financeiras	Custo amortizado		15.787	15.787	11.186	11.186
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		51.454	51.454	40.021	40.021

<b>Outros passivos financeiros</b>						
Fornecedores	Custo amortizado		(4.285)	(4.285)	(10.551)	(10.551)
Empréstimos e financiamentos bancários	Custo amortizado	2	(14.931)	(14.930)	(17.183)	(17.183)

Descrição	Classificação	Hierarquia de valor justo	2022		2021	
			Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e bancos	Custo amortizado		104	104	23	23
Aplicações financeiras	Custo amortizado		11.186	11.186	23.366	23.366
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		40.021	40.021	4.606	4.606

<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	Custo amortizado		(10.551)	(10.551)	(1.633)	(1.633)
Empréstimos e financiamentos bancários	Custo amortizado	2	(17.183)	(17.183)	(210)	(211)

## Gerenciamento dos riscos financeiros

### Visão geral

Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, de taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração, que atua ativamente na sua gestão operacional.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora. Essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de mercado.
- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.



Esta nota apresenta informações sobre a exposição para esses riscos, os seus objetivos, as suas políticas e os seus processos de mensuração e gerenciamento de riscos.

### **Estrutura de gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da Companhia referente à estrutura de gerenciamento de risco.

A Companhia, através de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

#### ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### ***Risco de taxas de juros***

É o risco que a Companhia se expõe em incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Para diminuir sua exposição a esse risco, a Companhia busca aplicar em Certificados de Depósito Bancários (CDB) pós-fixados atrelados ao CDI e em Fundos de Investimentos com taxas pré-fixadas lastreados em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores tenham pouco ou nenhum impacto significativo.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros que representam certa exposição ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras, são:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aplicações financeiras	15.787	11.186
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empréstimos e financiamentos	14.931	17.183

### **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros**

A Companhia busca aplicar em fundos de investimentos com taxas pré-fixadas lastreados em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores tenham pouco ou nenhum impacto significativo.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com CPC 48, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação considerada.

Foram incluídos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		<b>Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros</b>					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV (25%)	Cenário V (50%)
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações Financeiras	CDI	15.787	17.626	18.086	18.546	17.166	16.707
<b>Impacto no resultado</b>		-	1.839	2.299	2.759	1.379	920
<b>Passivos financeiros</b>							
Empréstimos e financiamentos	CDI	(14.931)	(16.670)	(17.105)	(17.540)	(16.236)	(15.801)
<b>Impacto no resultado</b>		-	(1.739)	(2.174)	(2.609)	(1.305)	(870)
<b>Referência para ativos e passivos financeiros</b>			<b>Taxa projetada</b>				
				<b>+25%</b>	<b>+50%</b>	<b>(25%)</b>	<b>(50%)</b>
CDI			11,65	14,56	17,48	8,74	5,83
IPCA			4,60	5,75	6,90	3,45	2,30

### **Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado pela área financeira da Companhia, decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposição de crédito a clientes, incluindo o contas a receber de clientes em aberto.

A Companhia possui saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 16.445 mil em 31 de dezembro de 2023 (2022: R\$ 11.290 mil). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem o rating de crédito externo AAA. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos.

A gestão de risco de crédito da Companhia é feita por meio da execução de cronograma físico-financeiro, em que as entradas de recursos advindas dos clientes sejam compatíveis com o



cronograma de prestação de serviços, de forma que o fluxo de caixa relacionado a cada período seja superavitário, e com constante acompanhamento dos recebimentos e do processo de produção de toda a carteira de clientes em aberto.

De forma geral, a gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando a manter os resultados esperados.

O contas a receber de clientes têm risco de crédito considerado baixo considerando as características dos clientes da Companhia.

Quadro de operações do contas a receber expostas a risco de crédito:

	<b>2023</b>	
	<b>Sem problemas de recuperação</b>	<b>Com problemas de recuperação</b>
UTE GNA II Geração de Energia	42.070	-
Enel Green Power – LT Complexo Eólico Aroeira	3.631	-
Serra do Mato Energia Solar	2.903	-
Eólica Caetité – LT Caetité Fase II_Igaporã III	1.801	-
Parque Eólico Serra do Seridó – LT Serra do Seridó	1.049	-
	<b>51.454</b>	<b>-</b>

**Vencidos e a vencer sem problema de recuperação:**

A vencer

**Total de contas a receber sem problema de recuperação**

	<b>2022</b>	
	<b>Sem problemas de recuperação</b>	<b>Com problemas de recuperação</b>
Serra do Mato Energia Solar	27.274	-
Enel Green Power – LT Complexo Eólico Aroeira	4.776	-
UTE GNA II Geração de Energia	3.948	-
Parque Eólico Serra do Seridó – LT Serra do Seridó	2.940	-
Eólica Caetité – LT Caetité Fase II_Igaporã III	1.063	-
Enel Green Power – LT Lagos dos Ventos III	11	-
Simm Soluções Integrais – LT Santo Agostinho	9	-
	<b>40.021</b>	<b>-</b>

**Vencidos e a vencer sem problema de recuperação**

A vencer

**Total de contas a receber sem problema de recuperação**

40.021

**40.021**

<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>Equivalente ao rating de crédito externo</b>	<b>Taxa média ponderada de perda estimada</b>	<b>Saldo contábil bruto</b>	<b>Provisão de perda estimada</b>	<b>com problemas de recuperação</b>
Níveis 1-6: risco baixo		0%	51.454	-	Não
Níveis 7-9 risco razoável		10%	-	-	Não
Nível 11: duvidoso		50%	-	-	Não
Nível 12: perda		100%	-	-	Não
			<b>51.454</b>	<b>-</b>	



31 de dezembro de 2022	Equivalente ao rating de crédito externo	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	com problemas de recuperação
Níveis 1-6: risco baixo		0%	40.021	-	Não
Níveis 7-9: risco razoável		10%	-	-	Não
Nível 11: duvidoso		50%	-	-	Não
Nível 12: perda		100%	-	-	Não
			<b>40.021</b>	-	

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade de caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo que cumpra suas obrigações nos prazos acordados.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas, de forma que quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo.

## **28 Cobertura de seguros**

Os seguros contratados pela Companhia possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, riscos operacionais, risco de engenharia, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada abaixo:

	2023	2022
Responsabilidade civil geral de obras	25.000	90.000
Riscos operacionais	56.712	63.186
Seguros garantias	42.571	51.660
Responsabilidade civil diretoria e administradores	30.000	30.000
Danos materiais	1.700	1.443

## **29 Eventos Subsequentes**

No período compreendido entre a data de elaboração das demonstrações financeiras, e a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes que pudessem impactar de maneira relevante a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Desta forma, não há eventos ou transações ocorridas nesse intervalo que exijam ajustes ou divulgações adicionais nessas notas explicativas.

\* \* \*

### **Diretoria**

José Maria Barale  
Presidente do Conselho Administrativo

Marcelo Zaghi de Sousa  
Diretor-executivo

**Responsável Técnico**  
Otávio Jorge Carvalho Ribeiro  
Contador nº 8435/O CRC/PA  
CPF nº 085.773.312-53

